PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

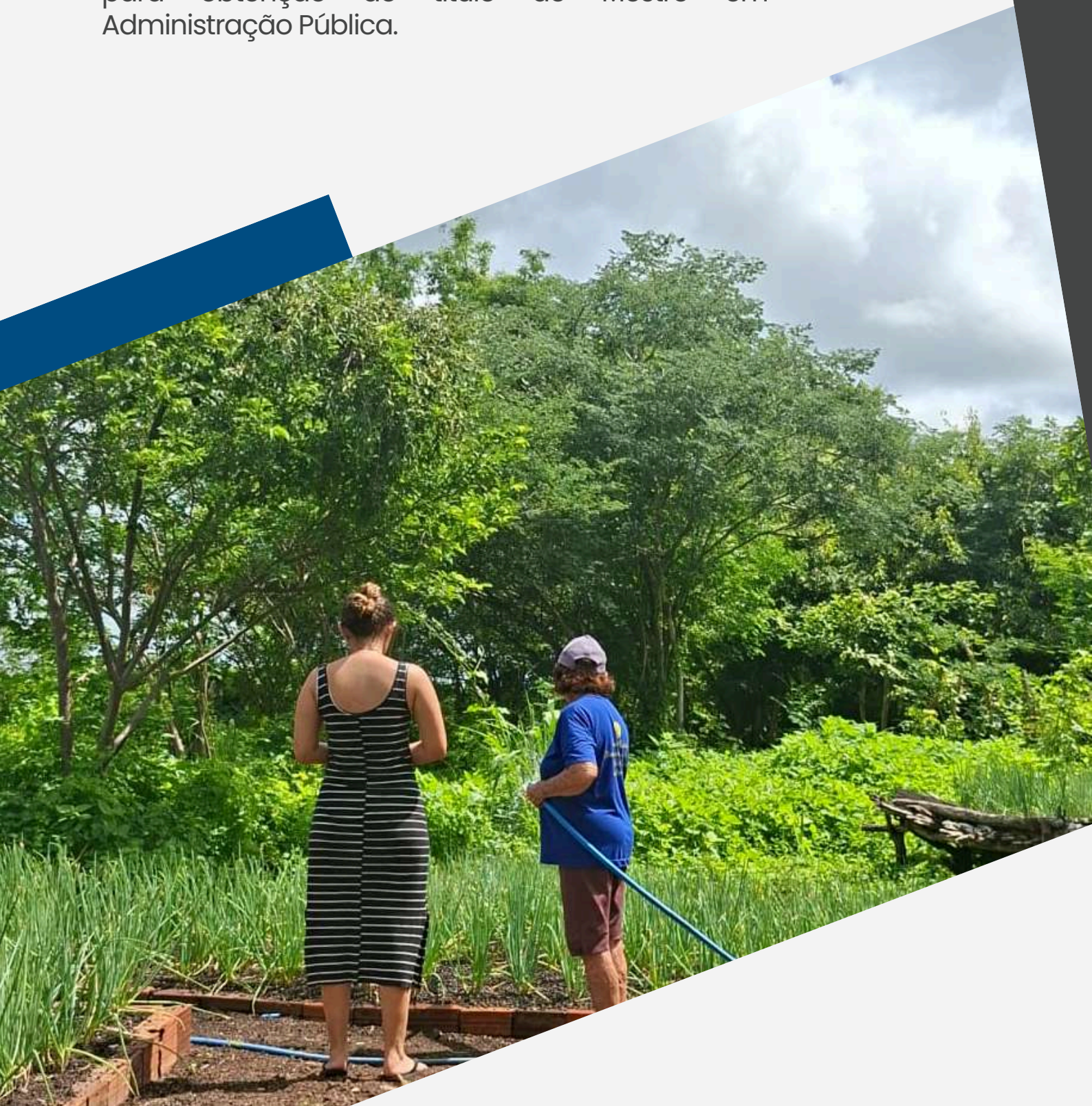


FIO - FINANÇAS, INCLUSÃO E ORGANIZAÇÃO

Tecnologia Social voltada à promoção da autonomia econômica de mulheres

FIO - FINANÇAS, INCLUSÃO E ORGANIZAÇÃO

Relatório técnico apresentado pela mestranda Ana Rebeca Veras Brito Fontenele ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação da docente Professora Dra. Celina Maria de Souza Olivindo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



SUMÁRIO

Contexto de aplicação da proposta 04

Público-alvo da proposta 05

Situação problema 06

Objetivo da proposta 08

Diagnóstico e Análose 09

PTT - Proposta de Intervenção 11

Autoria da Proposta 13

Referências 14

Protocolo de Entrega da Proposta aos Praticantes 17

CONTEXTO DE APLICAÇÃO DA PROPOSTA

O cenário nacional revela que 72,4% das famílias enfrentam dificuldades financeiras (IBGE, 2018), com mulheres recebendo 21,2% menos que homens, apesar de gerirem 93% dos lares (Serasa, 2025). No contexto empírico desta proposta, desenvolvido nos municípios de Parnaíba e Luís Correia, no estado do Piauí, tais dinâmicas assumem contornos ainda mais complexos. A análise realizada com 135 mulheres inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) revelou que 65,19% das participantes são beneficiárias de programas sociais, enquanto 40,74% têm nesses benefícios sua principal fonte de renda.

Do ponto de vista institucional, a proposta insere-se na interface entre a política de assistência social e as estratégias de inclusão financeira. Embora haja ampliação do acesso a serviços financeiros e programas de microcrédito, observa-se a ausência de ações formativas estruturadas que promovam o uso consciente desses instrumentos, o que pode contribuir para o aprofundamento das vulnerabilidades. Adicionalmente, a relação com o dinheiro revela-se atravessada por dimensões afetivas, como medo, ansiedade e insegurança, que influenciam diretamente as práticas financeiras e a capacidade de planejamento dessas mulheres.

> A proposta alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 1, 5, 8 e 10), contribuindo para a redução das desigualdades e para o fortalecimento da cidadania financeira em contextos de vulnerabilidade.





PÚBLICO-ALVO DA PROPOSTA

O público-alvo da proposta é composto por mulheres adultas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), residentes nos municípios de Parnaíba e Luís Correia (PI), que participam ativamente da gestão do orçamento doméstico.
A definição desse público baseia-se nos achados empíricos da pesquisa, que evidenciam que essas mulheres:

- exercem papel central na administração das finanças familiares;
- apresentam elevada exposição a situações de endividamento;
- possuem acesso limitado a processos estruturados de educação financeira;
- dependem, em grande medida, de benefícios sociais e/ou rendas informais.

Do ponto de vista institucional, os principais atores responsáveis pela implementação da proposta — caracterizados como praticantes-líderes — são:

- gestores e técnicos dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS);
- profissionais da rede socioassistencial;
- gestores públicos vinculados às áreas de assistência social, trabalho e renda;
- agentes de programas de inclusão produtiva e cidadania financeira.

.

POTENCIAL DE AGIR

Participantes reconhecidas como sujeitos de saber que já produzem estratégias cotidianas de sobrevivência. O foco é ampliar sua autonomia e controle sobre a própria vida através da cidadania financeira.

BARREIRAS ESTRUTURAIS

Mulheres que enfrentam dificuldades históricas de acesso ao mercado de trabalho formal e ao conhecimento financeiro tradicional, demandando uma abordagem situada e sensível ao território.







SITUAÇÃO PROBLEMA

Diagnóstico, análise e linha de intervenção

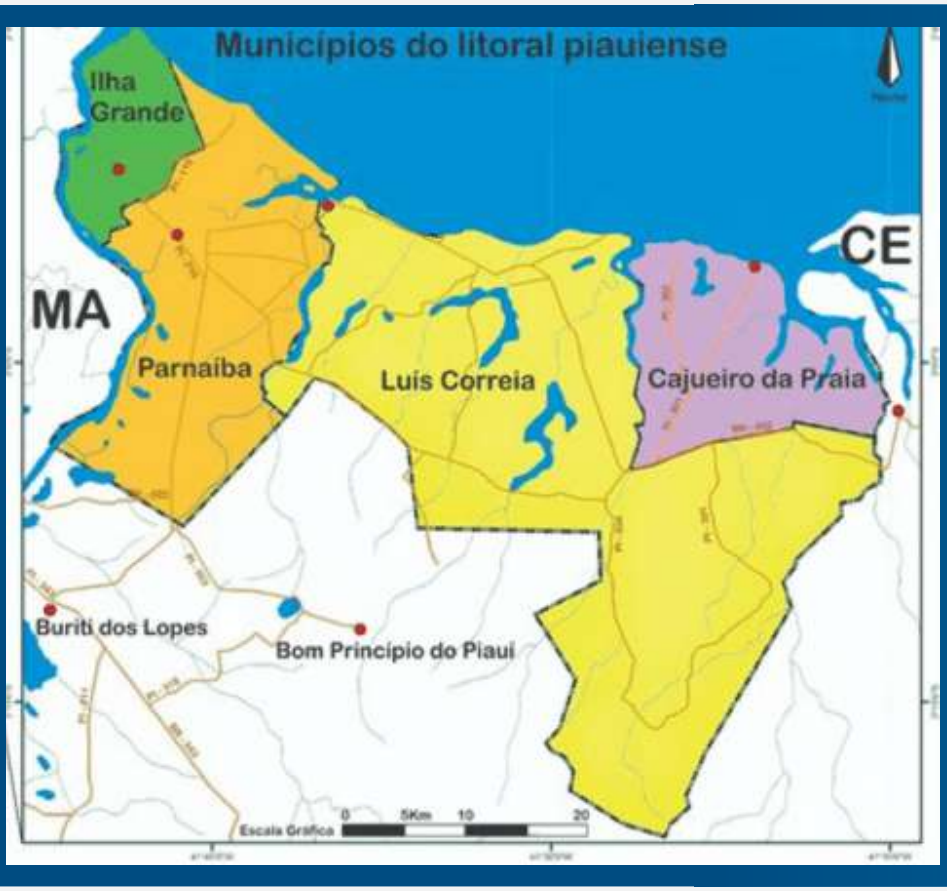
A promoção da autonomia econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica constitui um desafio central para as políticas públicas contemporâneas, especialmente no âmbito da assistência social e da inclusão financeira. Nesse contexto, a educação financeira apresenta-se como estratégia relevante para o fortalecimento da capacidade de gestão dos recursos, tomada de decisão e redução de situações de endividamento.Sugere-se o desenvolvimento deste Produto Técnico-Tecnológico com base em dados empíricos resultantes de pesquisa realizada com mulheres inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), residentes nos municípios de Parnaíba e Luís Correia, no estado do Piauí.

A investigação evidenciou que a maioria das participantes apresenta forte dependência de benefícios sociais, inserção predominante em atividades informais e elevada responsabilidade pela gestão do orçamento doméstico, em um contexto marcado por instabilidade de renda e recorrência de endividamento.

Esse cenário revela que, embora haja ampliação do acesso a serviços financeiros e programas de inclusão produtiva, persistem lacunas significativas no que se refere ao acesso a processos estruturados de educação financeira, capazes de promover o uso consciente do crédito e o planejamento financeiro. Além disso, observou-se que a relação com o dinheiro é atravessada por dimensões afetivas, como medo, insegurança e ansiedade, que impactam diretamente as práticas financeiras cotidianas.

Este contexto motivou o desenvolvimento do estudo que resultou na dissertação intitulada "Educação Financeira como Estratégia de Política Pública: retrato sobre a vida financeira de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP/UFDPar).

A partir dos achados desta pesquisa, estrutura-se a presente proposta de criação do Produto Técnico-Tecnológico denominado FIO – Finanças, Inclusão e Organização, concebido como uma tecnologia social voltada à promoção da autonomia econômica e da cidadania financeira de mulheres em contextos de vulnerabilidade, por meio da articulação entre educação financeira, reflexão crítica e fortalecimento da capacidade de decisão.



Fonte: Google Maps

OBJETIVO DA PROPOSTA

A proposta tem como objetivo promover a autonomia econômica e a cidadania financeira de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da implementação de uma tecnologia social baseada em educação financeira crítica, reflexiva e territorialmente situada.
Especificamente, a proposta busca:

- desenvolver capacidades de organização e planejamento financeiro no cotidiano;
- ampliar o entendimento sobre uso de crédito, endividamento e consumo;
- promover a ressignificação dos afetos associados ao dinheiro e à dívida;
- fortalecer a tomada de decisão financeira de forma autônoma;
- integrar ações de educação financeira às políticas públicas de assistência social e inclusão produtiva.



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

A população pesquisada foi composta por 135 mulheres inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), residentes nos municípios de Parnaíba e Luís Correia, no estado do Piauí, caracterizadas por situação de vulnerabilidade socioeconômica e participação ativa na gestão do orçamento doméstico.

No que se refere ao perfil socioeconômico, os dados evidenciam elevada dependência de programas sociais, sendo que 65,19% das participantes declararam ser beneficiárias, e 40,74% indicaram tais benefícios como principal fonte de renda. Além disso, observou-se predominância de inserção em atividades informais ou autônomas (26,67%), o que revela um contexto de instabilidade financeira e ausência de proteção laboral.

Em relação às práticas financeiras, identificou-se que a gestão do orçamento doméstico ocorre majoritariamente em condições de restrição material, nas quais a renda disponível é frequentemente insuficiente para atender às necessidades básicas. Nesse cenário, o uso do crédito emerge como estratégia recorrente de enfrentamento das dificuldades financeiras, contribuindo para a ocorrência de endividamento contínuo.



🔷 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

A análise dos dados também evidenciou que o endividamento não se apresenta como evento isolado, mas como fenômeno recorrente entre as participantes, associado à baixa capacidade de planejamento financeiro e à ausência de acesso a processos estruturados de educação financeira. Observou-se, ainda, que as decisões financeiras são frequentemente tomadas em contextos de incerteza, com limitada margem para organização e previsão de gastos.

Adicionalmente, os resultados qualitativos indicam que a relação com o dinheiro é fortemente influenciada por dimensões subjetivas, como medo, ansiedade, insegurança e sentimento de culpa, fatores que impactam diretamente o comportamento financeiro e dificultam a adoção de práticas mais estruturadas de planejamento.

Do ponto de vista analítico, os dados permitem identificar que a vulnerabilidade financeira dessas mulheres é resultado da interação entre múltiplos fatores, incluindo:

- baixa e instável capacidade de geração de renda;
- dependência de transferências governamentais;
- inserção precária no mercado de trabalho;
- acesso limitado a educação financeira;
- influência de fatores emocionais nas decisões econômicas.

Esse conjunto de evidências indica que o problema não se restringe à ausência de conhecimento técnico, mas configura-se como uma questão multidimensional, que envolve aspectos econômicos, sociais e comportamentais.

Dessa forma, o diagnóstico evidencia a existência de lacunas nas políticas públicas voltadas à inclusão financeira, especialmente no que se refere à oferta de estratégias formativas que considerem a realidade concreta das beneficiárias e incorporem dimensões práticas e subjetivas da gestão financeira.



PTT - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Como desdobramento aplicado desta investigação, propõe-se a sistematização de um Produto Técnico-Tecnológico (PTT), intitulado FIO – Finanças, Inclusão e Organização, o qual se configura como uma tecnologia social voltada à promoção da autonomia econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A escolha da denominação FIO remete à ideia de conexão, continuidade e construção de trajetórias, além de dialogar com o uso afetivo do termo no contexto nordestino como referência a "filho", evocando vínculos de cuidado, proximidade e pertencimento entre a proposta e o público atendido.

O PTT foi concebido a partir dos achados da pesquisa empírica, articulados ao referencial teórico sobre educação financeira, vulnerabilidade social, gênero, afetos e cidadania financeira. Nesse sentido, o FIO estrutura-se como uma tecnologia social que integra espaços de formação crítica, troca de experiências e construção coletiva de estratégias de organização financeira, reconhecendo as participantes como sujeitas ativas do processo.



Sua implementação está prevista em parceria com equipamentos públicos da política de assistência social, especialmente no âmbito da proteção social básica, bem como com programas de transferência de renda e organizações da sociedade civil que atuam com mulheres inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

A proposta busca integrar educação financeira, proteção social e fortalecimento de redes de apoio, superando abordagens tradicionais centradas na mera transmissão de conteúdos.

ESTRUTURA E MÓDULOS DO FIO

O PTT fundamenta-se na compreensão da educação financeira como uma prática social situada, que articula dimensões econômicas, sociais e afetivas. O diagnóstico que sustenta o FIO evidencia que a vulnerabilidade financeira é intensificada por experiências afetivas relacionadas ao endividamento, nas quais sentimentos como medo, culpa e ansiedade tendem a reduzir a capacidade de ação das participantes (Spinoza, 2016).

Diante disso, a proposta busca promover a ressignificação dessas experiências, estimulando a construção de novos referenciais baseados em autonomia, controle e perspectiva de futuro.

A estrutura do PTT organiza-se em um modelo formativo progressivo, composto por cinco módulos interdependentes, concebidos para aplicação sequencial e cumulativa em equipamentos públicos, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).



AUTORIA DA PROPOSTA

Ana Rebeca Veras Brito Fontenele

É aluna do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (PROFIAP/UFDPar). Possui especialização em Auditoria e Controle Interno pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e graduação em Ciências Contábeis (UFDPar). Atua na área de gestão pública, com experiência na contabilidade pública e na docência do ensino superior.

Celina Maria de Souza Olivindo

Celina Maria de Souza Olivindo é professora adjunta do curso de Administração da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), onde atua também como pesquisadora, extensionista e gestora acadêmica. Atualmente, exerce funções na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, com atuação em projetos voltados à inovação, sustentabilidade e impacto social.

Possui doutorado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), além de formação em nível de mestrado e graduação na área de Administração. Conta ainda com formação complementar em áreas como Pedagogia e Sociologia, bem como especializações em gestão, metodologias ativas, neuropsicologia, psicanálise, gestão ambiental e energias renováveis.



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOVERNO. Programa Acredita vai oferecer microcrédito para inscritos no Cadastro Único. 22 abr. 2025. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br. Acesso em: 1 maio 2026.
BANCO CENTRAL DO BRASIL. Cidadania financeira. Brasília: BCB, 2021.
BANCO CENTRAL DO BRASIL. Indicadores de cidadania financeira. Brasília: BCB, 2025.
BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de cidadania financeira. Brasília: BCB, 2021.
BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016.
BASTOS, N. Aprendizagem social e desenvolvimento profissional: as comunidades de prática no campo da educação. Revista Diálogo Educacional, v. 25, n. 84, p. 1-18, 2025. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br. Acesso em: 1 maio 2026.
BECKER, K. L.; MATHEIS, A.; COSTA, B. Alfabetização financeira e vulnerabilidade feminina no Brasil. 2024.
BIROLI, Flávia. Críticas feministas à democracia no Brasil: análises da crise e dos limites da normalidade. Estudos Avançados, v. 39, n. 113, p. 7-24, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br. Acesso em: 1 maio 2026.
BRASIL. Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024. Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 out. 2024.
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Planejamento Estratégico Institucional 2023-2026: sumário executivo. Brasília: MDS, 2024. Disponível em: https://mds.gov.br. Acesso em: 1 maio 2026.
BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. 4º Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios. Brasília: MTE, 2025. Disponível em: https://www.gov.br. Acesso em: 1 maio 2026.
CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.
CASTAÑEDA, R. F. G. Desenvolvimento de projeto de pesquisa: abordagem qualitativa experiencial interpretativa. Revista Enfermagem Contemporânea, v. 13, p. 1-12, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br. Acesso em: 1 maio 2026.
CNTE. Políticas públicas para mulheres: avanços e desafios no cenário contemporâneo. 2025. Disponível em: https://www.cnte.org.br. Acesso em: 1 maio 2026.
COHEN, Jacob. Statistical power analysis for the behavioral sciences. 2. ed. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1988.
CONSTANTE, C. H. Voz que clama a cidade: impactos do Projeto Amor da OSC Beith Shalom, Igreja Brasa, 1998-2024. 2025. Trabalho acadêmico (graduação/mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025. Disponível em: https://lume.ufrgs.br. Acesso em: 1 maio 2026.
CURETON, E. E. Rank-biserial correlation. Psychometrika, v. 21, n. 3, p. 287-290, 1956.
DIGIO. Cidadania financeira: o que é e qual sua importância. São Paulo, 2025.
DOCK. Cidadania financeira: o que significa e qual é a sua importância? São Paulo, 2023.
FARIAS, L.; DIAS, R. O Cadastro Único: a consolidação de uma infraestrutura para programas sociais. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, v. 27, n. 1, p. 101-125, 2018.
FEBRABAN. Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB). São Paulo: Febraban, 2025.
FÓRUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. Relatório anual de educação financeira. 2022.
FRASER, Nancy. Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis. London: Verso, 2013.
GHERARDI, S.; NICOLINI, D. To transfer is to transform: the circulation of safety knowledge. Organization, v. 7, n. 2, p. 329-348, 2000.
GHERARDI, S.; NICOLINI, D.; STRATI, A. Learning and knowing in practice-based studies. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
GRECO, M. Efetividade de um curso de educação financeira para mulheres de baixa renda. 2022. Dissertação (Mestrado) – Insper, São Paulo, 2022.

REFERÊNCIAS

HOLLANDER, M.; WOLFE, D. A. Nonparametric statistical methods. 2. ed. New York: Wiley, 1999.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.
JUNQUEIRA, B. R. R. S. P. Poder rosa: empoderamento de mulheres e meninas no contexto da educação infantil no município de Palmas sob a perspectiva do ODS 5. 2025. Trabalho acadêmico – Universidade Federal do Tocantins, 2025. Disponível em: http://umbu.uft.edu.br. Acesso em: 1 maio 2026.
KABEER, Naila. Resources, agency, achievements: reflections on the measurement of women's empowerment. Development and Change, v. 30, n. 3, p. 435-464, 1999.
LIMA, J. G. C. C. A metodologia científica no ensino de língua portuguesa: contribuições para a produção de textos acadêmicos. International Integralize Scientific, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2026. Disponível em: https://iiscientific.com. Acesso em: 1 maio 2026.
LUSARDI, A.; MITCHELL, O. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. Journal of Economic Literature, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.
MARTINS DOS SANTOS, et al. Educação financeira e comportamento de consumo. 2020.
MIRA, M. C. Dependência financeira e violência econômica: desafios para a autonomia feminina. São Paulo: Editora Dialética, 2025.
MOURA, D. D.; BISPO, R. Pesquisa-ação e cultura: caminhos metodológicos para compreender o fazer cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2019.
NASCIMENTO, A. L. Vulnerabilidade social feminina: múltiplas camadas de exclusão econômica e simbólica. São Paulo: Editora Acadêmica, 2021.
NASCIMENTO, A. L. et al. Na volta a gente compra: educação financeira para todas as idades. São Paulo: Editora Acadêmica, 2025.
OCDE. OECD/INFE International Survey of Adult Financial Literacy Competencies. Paris: OECD, 2016.
OLIVEIRA, G. R. C. Os sem sentimento: associação para o tráfico da culpa e do ressentimento. Educação & Realidade, v. 49, p. 1-20, 2024. Disponível em: http://educa.fcc.org.br. Acesso em: 1 maio 2026.
OLIVINDO, C. M. S. Farofa Social: a prática gourmet e o desenvolvimento territorial no Delta do Parnaíba. 2021. Trabalho acadêmico – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2021.
ONU MULHERES. Revisão de Políticas Públicas para Equidade de Gênero e Autonomia das Mulheres no PPA 2024-2027. 2025. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br. Acesso em: 1 maio 2026.
PESONEN, H. L.; KUTANEN, T. Financial literacy disparities among women: a study on low-income contexts. Journal of Financial Counseling and Planning, v. 32, n. 2, p. 215-230, 2021.
REIS, A. C. F. Políticas culturais: teoria e prática. São Paulo: Manole, 2018.
RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. Salvador: EDUFBA, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/5012. Acesso em: 1 maio 2026.
SCHÖN, D. A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.
SERASA EXPERIAN. Índice de Saúde Financeira do Brasileiro. São Paulo, 2025.
SERASA. Dia da Mulher: 93% das mulheres lideram finanças familiares. 6 mar. 2025. Disponível em: https://www.serasa.com.br/blog. Acesso em: 1 maio 2026.
SILVA, A. M. Vozes da atenção primária no enfrentamento da violência: diagnóstico situacional, preparo profissional e estratégias educativas. 2026. Trabalho acadêmico – Universidade Federal do Ceará, 2026. Disponível em: https://repositorio.ufc.br. Acesso em: 1 maio 2026.

REFERÊNCIAS

SPINOZA, Baruch. Ética. Tradução de Tomaz Tadeu. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
THE JAMOVI PROJECT. jamovi (Version 2.6) [software]. 2025. Disponível em: https://www.jamovi.org. Acesso em: 1 maio 2026.
THOMPSON, A. A.; STRICKLAND, A. J. Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
VARGHA, A.; DELANEY, H. D. A critique and improvement of the CL common language effect size statistics of McGraw and Wong. Journal of Educational and Behavioral Statistics, v. 25, n. 2, p. 101-132, 2000.
VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PROTOCOLO DE ENTREGA DA PROPOSTA AOS PRATICANTES

À

Diretoria do Instituto Farofa Social

Pelo presente, encaminhamos o Produto Técnico-Tecnológico intitulado FIO – Finanças, Inclusão e Organização, configurado como uma tecnologia social no formato de curso, voltada à promoção da autonomia econômica e da cidadania financeira de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O referido produto é derivado da dissertação de mestrado intitulada "Educação Financeira como Estratégia de Política Pública: retrato sobre a vida financeira de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica", de autoria de Ana Rebeca Veras Brito Fontenele, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), vinculado à Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de uma tecnologia social estruturada, com metodologia aplicada e sistematizada, destinada à implementação em organizações e iniciativas sociais que atuem com públicos em situação de vulnerabilidade social e econômica. Seu propósito é contribuir para o fortalecimento das capacidades financeiras das participantes, promovendo organização financeira, uso consciente do crédito e desenvolvimento da autonomia econômica.

Nesse sentido, considera-se que o Instituto Farofa Social, em razão de sua atuação social e comunitária, constitui espaço potencial para desenvolvimento e aplicação da referida tecnologia social, especialmente em ações voltadas ao fortalecimento da cidadania, inclusão social e emancipação econômica de mulheres.

Solicitamos, por gentileza, que eventuais ações voltadas à implementação desta proposta sejam comunicadas à Coordenação Local do PROFIAP/UFDPar, para fins de acompanhamento, monitoramento e registro institucional.

Parnaíba, PI, 29 de maio de 2026.

Registro de recebimento

Valdene da Silva Araújo
Secretária

Discente: Ana Rebeca Veras Brito Fontenele, Mestranda. https://orcid.org/0009-0008-6733-1302
Orientador: Celina Maria de Souza Olivindo, Doutora. https://orcid.org/0000-0002-7467-9859
Universidade Federal do Delta do Parnaíba.
29 de maio de 2026.

PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA